

Ausência de empresas de telefonia provoca nova audiência com a presença do Ministério



Representantes das empresas, Eduardo Levy; presidente da CFFC, deputado Edinho Bez; presidente da Cindra, deputado Jerônimo Goergen, e o conselheiro da Anatel, Rodrigo Zerbone

As comissões de Fiscalização Financeira e Controle, e de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, presididas respectivamente pelos deputados Edinho Bez (PMDB-SC) e Jerônimo Goergen (PP-RS) haviam convidado os dirigentes das empresas de telefonia para participar, na manhã de terça-feira (9 de abril de 2013), de audiência pública sobre a qualidade do serviço oferecido pelas operadoras e avaliar o cumprimento das determinações da Anatel impostas às telefônicas, mas estes resolveram não comparecer e mandaram um representante, o que irritou os parlamentares.

Diante da ausência das operadoras, a maioria dos parlamentares se retirou da audiência pública, o que levou os presidentes dos colegiados, o deputado Edinho Bez (PMDB-RS) e o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) a suspender a reunião em apoio aos parlamentares. Os presentes do colegiado das duas comissões protestaram devido à ausência dos dirigentes das empresas durante a

audiência. O diretor executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil), Eduardo Levy, iria participar do encontro para representar as empresas Claro, Oi, Tim, Vivo, GVT, Telemar e Net.

O deputado Edinho Bez criticou a ausência das empresas no debate. "Isso é um absurdo, um desmando, um desrespeito para com todos os consumidores. Eu mesmo estava falando com santa Catarina e a ligação caiu três vezes durante uma entrevista. Estamos todos indignados pelo serviço ruim que está sendo prestado, o cidadão está sendo lesado", disparou Bez.

Os presidentes da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra) e da CFFC decidiram atuar em conjunto, a partir de então, com o propósito firme de ouvir as empresas, incluindo o ministério das comunicações. Os presidentes Edinho Bez e Jerônimo Goergen reuniram-se com o presidente da Câmara, Henrique

Eduardo Alves (PMDB-RN), para solicitar celeridade na análise do requerimento de instalação da CPI da telefonia fixa e móvel, caso as operadoras não atendam o próximo convite que será feito ainda no mês de abril.

O deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP) classificou como desrespeito a ausência dos presidentes das empresas de telefonia. "É inadmissível que eles não compareçam aqui", disse. O deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA) sugeriu encaminhar requerimento convocando, e não mais convidando, os presidentes das teles, "para que esta Casa se imponha", justificou. Após a fala do primeiro convidado, que representava a Anatel, a audiência foi cancelada pela presidência das comissões.

Também estiveram presentes na audiência pública o conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Rodrigo Zerbone, e o secretário de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicação do Tribunal de Contas da União (TCU), Marcelo Barros da Cunha.

A CFFC aprova requerimentos de audiências públicas

Na reunião ordinária do dia 10 de abril de 2013, foram aprovados quatro requerimentos solicitando a realização de audiências públicas e um pedindo informações aos Ministérios das Minas e Energia e da Fazenda, destacando-se o requerimento nº 411/13, de autoria do deputado Carlos Magno (PP/RO) com o objetivo de debater a certificação das entidades filantrópicas na área de as-



sistência social e questionar a política pública de assistência social (PNAS 2004).

Programa Minha Casa Minha Vida



O requerimento nº 423/13, também aprovado pela Comissão, convida para audiência pública o Sr. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, Ministro das Cidades; Superintendente Nacional de Habitação Social da Caixa Econômica Federal e Aduino Lucio Cardoso, Pesquisador do Observatório das Metrópoles do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur/UFRJ), para dar esclarecimentos sobre a operacionalização e execução do Programa. A audiência

pública será em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU).

Foi aprovado ainda, também de autoria do Deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP), o requerimento nº 424/13, convidando para audiência pública o Diretor-presidente da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, Sr. André Longo Araújo de Melo e o representante do TCU - Tribunal de Contas da União, para debater sobre a demora nas análises das denúncias recebidas contra as empresas de Planos de Saúde.

Programa Nacional de Tecnologia Educacional



Deputados Edson Santos (PT-RJ), Vanderlei Siraque (PT-SP), Vanderlei Macris (PSDB-SP) e o líder do PMDB na Câmara, Eduardo Cunha

O requerimento nº 409/13, do deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP), aprovado pela comissão convida, o ministro de Estado da Educação, Aloizio Mercadante e o presidente do FNDE, e responsável pelo Relatório Nº 16 de Avaliação da Execução de Programa de Governo da Controladoria-Geral da União (CGU), José

Carlos Dias de Freitas, a participarem de audiência pública para prestar esclarecimentos acerca da execução do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Pro-Info). Ficou decidido ainda pelo colegiado o convite ao Sr. José Guilherme Moreira Ribeiro, diretor de tecnologia educacional do FNDE.

Energia Elétrica

O colegiado da CFFC aprovou o requerimento nº 421/13 do deputado Mendonça Filho (DEM/PE), pedindo informações ao Ministério de Minas e Ministério da Fazenda a fim de esclarecimentos sobre o apoio financeiro pelo Tesouro Nacional às distribuidoras de energia elétrica. Para o deputado Mendonça Filho, a estimativa do

governo era de aportar pouco mais de R\$ 3 bilhões para compensar a redução dos encargos do setor elétrico prevista na MP nº 579, de 2012. Com a não-adesão das geradoras, as estimativas mais que dobraram, tendo a Aneel estimado, em janeiro de 2013, a necessidade de desembolso por parte do Tesouro de mais de R\$ 8,4 bilhões.



Membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC

Presidente: Edinho Bez (PMDB/SC), **1º Vice-Presidente:** Alexandre Santos (PMDB/RJ), **2º Vice-Presidente:** João Pizzolatti (PP/SC), **3º Vice-Presidente:** Luiz Sérgio (PT/RJ).

PT: Ilário Marques (CE), Vanderlei Siraque (SP) e Edson Santos (RJ); **PMDB:** Alexandre Santos (RJ), Edio Lopes (RR), Hugo Motta (PB) e Wladimir Costa (PA); **PSDB:** Carlos Brandão (MA); **PSD:** Ademir Camilo (MG), **PR:** Manuel Rosa Neca (RJ), Paulo Feijó (RJ) e Wellington Roberto (PB); **DEM:** Ronaldo Caiado (GO); **PDT:** Wolney Queiroz (PE); **PTB:** Nilton Capixaba (RO); **PCdoB:** Manuela D'Ávila (RS); e **PEN:** Fernando Franciscini (PR).

Suplentes: Pedro Eugênio (PE), Sibá Machado (AC), Waldenor Pereira (BA), Aníbal Gomes (SC), Eduardo Cunha (RJ), Akira Otsubo (MS), Vanderlei Macris (SP), Marçal Filho (MS), Vaz de Lima (SP), Felipe Bornier (RJ), Manoel Salviano (CE), Sérgio Brito (BA), Carlos Magno (RO), Anthony Garotinho (RJ), Zoinho (RJ), Valtener Pereira (MT), Mendonça Filho (DEM), Marcelo Matos (RJ), Humberto Souto (MG) e Manoel Salviano (CE).

Ministro-chefe do GSI garante a deputados: não houve ação da Abin em portos



Deputados Edinho Bez (PMDB-SC) e Vanderlei Macris (PSDB-SP) e o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), José Elito, em reunião no Palácio do Planalto

Uma comissão de parlamentares coordenada pelo presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) deputado Edinho Bez (PMDB/SC), esteve nesta quinta-feira (11/4), no Palácio do Planalto, em visita ao ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general José Elito, para ouvir os esclarecimentos a respeito de notícias veiculadas na imprensa sobre um possível monitoramento em portos brasileiros pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

“Chegamos, inclusive, a debater na CFFC um requerimento sobre este assunto, mas o diálogo evoluiu e aprovamos este encontro para ouvir os esclarecimentos sobre este objeto sensível, que é a segurança institucional. Tem muita controvérsia, e nenhuma movimentação da Abin em relação aos portos foi comprovada”, ponderou o deputado Edinho Bez.

Além do deputado Edinho Bez (PMDB/SC), compuseram a comissão os deputados Vanderlei Siraque (PT/SP), Vanderlei Macris (PSDB/SP) e Colbert Martins (PMDB/BA). “A conversa foi para saber sobre aquilo que foi noticiado, e se realmente aconteceu isso, aí o parlamento tinha que tomar providências”, disse o deputado Edinho.

“O ministro explicou como é que funciona o sistema, que é integrado, que são 700 cenários que eles monitoram para informar à Presidência e disse que isso é absolutamente normal, que qualquer país democrático do mundo precisa e deve ter esse sistema de informações para orientar as decisões do presiden-

te da República”, acrescentou Edinho.

Para o ministro-chefe do GSI, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), agiu dentro das normas constitucionais. A Abin foi criada em 1999, por meio da Lei nº 9.883, que normatizou todas as atividades da agência e que é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Tem entre suas atribuições a execução da Política Nacional de Inteligência e a integração dos trabalhos dos órgãos setoriais de Inteligência do país. Dessa forma, a Abin presta assessoramento à Presidência da República assegurando-lhe o co-

nhecimento de fatos e situações relacionados ao bem-estar da sociedade e ao desenvolvimento e segurança do país.

“O documento, dito como sigiloso pela imprensa, é um relatório de rotina elaborado pelo Sisbin, para informar à Presidência da República, e este que foi divulgado sobre as condições dos portos, faz parte do acompanhamento das condições de transportes, portos, estradas e os fatos relacionados ao setor. Além da presidenta Dilma, governadores de 15 estados tiveram acesso à informação divulgada pela Abin. Nesse caso não houve nenhuma operação da Abin no Porto de Suape”, garantiu o ministro José Elito.

Segundo o deputado federal Vanderlei Macris (PSDB-SP), que propôs a convocação do ministro para a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, o general negou qualquer ação específica no Porto de Suape e disse que o GSI e a Abin não monitoram pessoas, mas cenários.

Na próxima quarta-feira (17/4), às 15 horas, o deputado Edinho Bez, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), participará de reunião de audiência pública em conjunto com a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso, para qual o ministro-chefe do GSI, José Elito, foi convidado a prestar esclarecimento e fornecer outras informações sobre o mesmo assunto. A audiência pública vai acontecer no plenário 7 da ala Alexandre Costa do Senado Federal.



Deputado Edinho Bez (PMDB-SC) concede entrevista após a reunião com o ministro-chefe da GSI, juntos os deputados Goubert Martins (PMDB-BA), Vanderlei Siraque (PT-SP) e Vanderlei Macris (PSDB-SP)

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle debateu a necessidade de reestruturação da Polícia Ferroviária Federal



Superintendente da CBTU/PE, José Marques; representante dos Ferroviários, Antônio Francisco Leão de Decco, deputado Edinho Bez e o procurador da República em Pernambuco, Marco Antonio da Silva

Atendendo requerimento do deputado Ademir Camilo (PSD/MG), a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), presidida pelo deputado Edinho Bez (PMDB/SC), realizou audiência pública na quarta-feira (10 de abril de 2013), sobre a Portaria Interministerial nº 3252/2012, que reestrutura a carreira da polícia ferroviária federal nos quadros do Ministério da Justiça. O debate contou com a participação do Procurador da República em Pernambuco, Dr. Marco Antonio da Silva; do Superintendente da Companhia de Trens Urbanos (CBTU) em Pernambuco, Sr. José Marques; e do Coordenador da Comissão Nacional dos Representantes da Polícia Ferroviária Federal, Dr. Antonio Francisco Leão de Decco.

O deputado Ademir Camilo (PSD/MG) autor do requerimento da audiência, explicou que a causa iniciou em 1989, quando o Senador Sarney estava interino na Presidência da República e emitiu decreto instituindo uma Comissão Interministerial para a reestruturação da Polícia Rodoviária Federal e a criação da Polícia Ferroviária Federal. Caberá a PFF garantir a segurança e a fiscalização na malha ferroviária de todo o país. “Agora, com poder de polícia, por exemplo, pode se ampliar a fiscalização no transporte de cargas nas nossas ferrovias”, destacou o deputado Ademir Camilo.

TCU faz visita à Comissão de Fiscalização e Controle



Deputado Edinho Bez e Presidente do Tribunal de Contas da União-TCU, Ministro Augusto Nardes

O deputado Edinho Bez recebeu no dia 11 de abril de 2013, na sala da presidência da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle-CFFC, a visita do Presidente do Tribunal de Contas da União-TCU, Ministro Augusto Nardes. Edinho Bez destacou a importância do trabalho conjunto que vem sendo desenvolvido em prol da transparência e da boa gestão dos recursos públicos.

Para o presidente do TCU, Augusto Nardes, é importante compatibilizar o trabalho das Secretarias do TCU com as comissões da Câmara e nesse contexto, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle é a que está mais próxima dos trabalhos da Corte.

Subcomissão da Seca inicia trabalho



O presidente da Subcomissão Especial para Acompanhamento e Fiscalização dos Recursos Federais Aplicados no Combate à Seca no Nordeste, deputado Hugo Motta, realizou audiência com o presidente do Banco do Nordeste, Ary Joel Lanzarin, na oportunidade em que foram apresentados os objetivos e o roteiro de trabalho da Subcomissão. O presidente da CFFC, deputado Edinho Bez, usou a tribuna da Câmara dos Deputados, no dia 15 de abril, para destacar a instalação da Subcomissão da Seca, lembrando que a estiagem tem provocado desânimo na população que não sabe mais a quem recorrer. Toda assistência dos governos e lideranças diversas têm sido pouco e muitas pessoas vêm morrendo, além do prejuízo causado a agricultores, pecuaristas, falta de remédios, etc.

CEF em visita a CFFC



O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Edinho Bez, recebeu a visita da gerente nacional de Relacionamento Parlamentar da Caixa Econômica Federal, Jozelita Sandra Pigatto, e do gerente executivo Ewerton Erickh Guedes, que vieram acompanhados do assessor de Relacionamento Institucional, Márcio Oliveira Cavalcanti. O deputado conversou sobre os trabalhos da CFFC e ouviu dos representantes da CEF a disposição de um trabalho conjunto em prol do fortalecimento da instituição em prol do Brasil.

Expediente

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - Câmara dos Deputados Anexo II- Ala A-sala 163-A – CEP 70160-900

Secretário: Luiz Paulo Pieri - Equipe Técnica: Antonio Gomes, Antonio Ribamar, Ariadna Vasconcelos, Camila Galgane, Denize Macedo, Fátima Loureiro, Franciana Almeida, Jackson de Souza, Jair Ferreira, Marcelo Lapa, Marielle Orrigo, Rayane Lopes, Thaisa mendonça e Thiago Ribeiro.

Jornalista responsável: Antonio Jacinto Índio (Mtb 488/AL); Revisão: Jair Ferreira;
Fotos: Antonio Jacinto Índio e Secom-Câmara dos Deputados; Impressão: Deapa/Cgraf

Fale conosco: (61) 3216-6672 E-mail: cffc.decom@camara.leg.br